

HISTÓRIA E MEMÓRIA DO TRABALHO: APONTAMENTOS CLÁSSICOS E DESAFIOS PÓS- PANDEMIA DA COVID-19*

HISTORY AND MEMORY OF WORK: CLASSICAL NOTES AND CHALLENGES AFTER COVID-19 PANDEMIC

Andréa Casa Nova Maia**

RESUMO: Reflexões sobre a história do trabalho têm sido fundamentais para compreendermos a nova configuração desse campo diante da pandemia e no pós-pandemia. A valorização da memória por meio de relatos dos trabalhadores mudou os rumos para se pensar a história do trabalho. Recorrendo às artes, estruturei um debate que associa memória, história e os nossos desafios nesse campo de pesquisa. É necessário compreendermos a nova configuração do mundo do trabalho para encontrarmos mecanismos que ajudem na luta pelo direito à memória e à justiça social.

PALAVRAS-CHAVE: História do Trabalho. Memória. História. Pandemia.

ABSTRACT: Reflections on the history of work have been of key importance when it comes to help us to grasp the new configuration of the referred field of study in face of the pandemic and after it as well. The valorization of memory through workers' accounts changed the ways to think the history of work. Resorting to the arts, I structured a debate that associates memory, history and our challenges in this field of research. It is necessary to understand the new configuration in the world of work in order to find mechanisms that could help in the struggle for the right of memory and social justice.

KEYWORDS: History of Work. Memory. History. Pandemic.

Introdução

Na série *Imemorial*, a artista Rosângela Rennó mostrou uma instalação de 50 fotografias que renderam retratos escuros de trabalhadores e crianças que construíram Brasília, a capital cujo desenho arquitetônico

* Palestra proferida pela Prof. Dra. Andréa Casa Nova Maia no *Seminário Telepresencial da Semana da Memória da Justiça do Trabalho “Trabalho e Justiça do Trabalho: Memória e História”*, realizado no dia 22.09.2020 (texto revisado pela autora). A palestra encontra-se disponível em: https://youtu.be/OBZ0R_iSv9E.

** *Graduada em História pela Universidade Federal de Minas Gerais; mestre em História pela UFMG; doutora em História pela Universidade Federal Fluminense; pós-doutorado em História pela UFMG; professora de História do Brasil Republicano e História da Arte da Universidade Federal do Rio de Janeiro; presidente da Associação Brasileira de História Oral (ABHO), gestão 2020-2022; autora de História oral do movimento docente da UFMG (APUBH, 1998); Encontros e despedidas: história de ferrovias e ferroviários de Minas Gerais (Argvmentvm, 2009); Waldir dos Santos, o sambista operário. História de uma mina de ouro no tempo de Vargas (Gramma, 2019); Ética e imagem (C/Arte, 2010).*

foi pioneiro por sua visão utópica. Em um armazém do Arquivo Público do Distrito Federal, Rennó achou malas com mais de 15.000 arquivos relativos aos empregados da companhia de construção do governo Novacap. Em *Imemorial*, ela faz uso de histórias que contam o massacre nas barracas da obra, além da história de dezenas de trabalhadores que morreram no processo de construção de Brasília e foram enterrados nas suas fundações. Nos arquivos, esses trabalhadores foram classificados como “dispensados por motivo de morte”. Considerando o aviso do filósofo Walter Benjamin de que nem os mortos estão a salvo quando somente os vitoriosos contam a história, o trabalho de Rennó nos remete à luta sobre a propriedade da memória. A experiência de ver é por si própria sujeita à força do esquecimento e a tarefa de ler rastros é equivalente a apaziguar-se com o passado. Rastros de identidade foram capturados no momento anterior ao desaparecimento dessas pessoas, o reconhecimento da diferença extraída das sombras de uma história suprimida. A instalação representa um gesto redentor, a ressurreição dos corpos caídos, daqueles que se sacrificaram na construção do futuro. Aqui, a história e a memória do trabalho se encontram com a arte. Existe um valor da memória para a construção da história do trabalho ontem e hoje.

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia, como diria o historiador Jacques Le Goff (1988) em seu célebre trabalho sobre a memória e a história:

“A memória é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objetivo de poder (...) A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens.”

É preciso pensar ainda a relação entre cultura dos trabalhadores, no nosso caso, e a memória. A contemporaneidade faz pensar de novo a memória como uma preocupação central da cultura e da política das sociedades ocidentais. Um giro até o passado que contrasta de maneira notável com a tendência a privilegiar o futuro. Do “futuro presente” ao “pretérito presente”. Movimento contraditório. Ao mesmo tempo em que a cada dia vemos a inauguração de novos “lugares de memória” – museus, monumentos, centros culturais, canais de TV de História, filmes, documentários, exposições, etc. – constatamos a vontade de abandonar o passado e todas as suas referências, embarcando no “admirável (nem tanto assim) mundo novo”. É o mundo do esquecimento que dispara o desejo de recordar, de manter vivo? Ou será o inverso? Por acaso

nesta cultura saturada pelas mídias, o excesso de memória cria tal sobrecarga que o mesmo sistema de memória corre um constante perigo de implosão, o que, por sua vez, dispara o temor ao esquecimento? Como está a memória hoje? É importante que se diga que a “cultura da memória” cumpre uma importante função nas atuais transformações da experiência temporal, que ocorreram como consequência do impacto dos novos meios sobre a percepção e a sensibilidade humana. Um homem sem memória deixa de ser humano. Lembremo-nos do filme *Blade Runner* (1982), no qual o androide só achava que era humano por ter um implante com memórias de sua infância e juventude.

Sabemos que a perda da memória é negativa. A memória histórica ou coletiva é fundamental para o sentimento nacional, para a consciência de classe, étnica ou das minorias, sendo constitutiva das lutas contra a opressão ou a dominação. Valorizada, então, quer por sua participação na construção da identidade e da comunidade, quer pelo papel que desempenha no fortalecimento e emancipação dos fracos, ela não pode nem deveria ser esquecida. A memória histórica apresenta-se idealmente como âncora e plataforma. Enquanto âncora possibilita que, diante do turbilhão da mudança e da modernidade, não nos “desmanchemos no ar”. Enquanto plataforma, permite que nos lancemos para o futuro com os pés solidamente plantados no passado criado, recriado ou inventado como tradição. Essa, por sua vez, toma o sentido de resistência e transformação. Todavia, o presente globalizado ameaça. Devemos levar em conta esse presente para não sermos consumidos pelo “vírus da amnésia”, que, por vezes, ameaça consumir a própria memória. Tal como a revolução científico-tecnológica que propiciou a implementação das ferrovias no Brasil e todo processo de industrialização, por exemplo, em meados do século XIX. A reestruturação produtiva, o pós-fordismo-taylorismo, a reengenharia, o chamado toyotismo, considerado a quarta Revolução Industrial por estudiosos, com o advento da robótica e da informática, está provocando transformações na cultura de nossa população e provocando profundas transformações no modo como pensamos o mundo do trabalho.

A globalização, nova fase da economia mundial, onde há internacionalização da economia e a difusão de produtos e artefatos culturais, com a queda de fronteiras entre os países, vai formulando um novo modo de vida, novos hábitos, enfim, novas formas de viver. O maquinário da modernidade continua nos impulsionando para o futuro. Porém, agora, com um ritmo muito mais acelerado, onde tudo e todos se tornam facilmente obsoletos. Com a globalização do controle da comunicação e das telecomunicações, ocorre também a globalização do modo de vida (com a imposição de valores econômicos, valores políticos, valores culturais e religiosos vindos de outros países). A globaliza-

ção e o neoliberalismo impõem novas formas de vida e de produção, e essas mudanças por toda a parte afetam a todos, em qualquer lugar, até numa tribo indígena no meio da Amazônia, sempre tão atingida por essas mudanças das formas de ação do capital.

Em meio a tais transformações, nada mais importante do que voltarmos os olhos para a história, para a memória e para o mundo do trabalho. Devemos ter cautela ao olhar para essa nova revolução tecnológica, para a reestruturação produtiva forjada no bojo do desenvolvimento da informática. Nossa “obsessão pela memória” deve funcionar como uma formação reativa contra alguns dos acelerados processos técnicos que estão transformando nossa vida em muitos aspectos diferentes e precarizando as relações de trabalho por toda parte.

Bruno Carmelo fez uma boa crítica do filme *Você Não Estava Aqui* (2019), de Ken Loach, nos auxiliando a pensar como as transformações do mundo do trabalho devem ser acompanhadas de uma busca pela preservação da memória do tempo presente. Como fonte para a construção dessa história, o historiador deve recorrer a diferentes documentos. Até um filme pode ser objeto para uma reflexão sobre a memória e a história do trabalho no presente. O crítico avalia que:

“por mais que a direita e a esquerda tradicionais se oponham historicamente, elas convergem num ponto central: a importância atribuída ao trabalho na emancipação humana. Tanto Ludwig von Mises quanto Karl Marx – partindo de preceitos muito distintos, é claro – atribuem ao trabalho um valor moral e uma noção de direito. As sociedades contemporâneas, tanto ocidentais quanto orientais, se construíram sobre a noção de que o trabalho engrandece o homem, torna-se o pilar de sustentação da família, o orgulho da pátria (...) O novo cidadão é medido por sua capacidade de produção. No entanto, em pleno século XXI, este modo de funcionamento está falido. Esta constitui a tese central de *Sorry We Missed You*, título original, na qual Ken Loach demonstra, desde a primeira cena, o mecanismo perverso que se esconde por trás das relações contemporâneas de trabalho. Os instantes iniciais remetem ao ‘milagre do empreendedorismo’, a retórica empregada para defender o ímpeto de ser ‘seu próprio patrão’, ter liberdade de horários, começar seu negócio e condicionar o retorno financeiro à capacidade pessoal. Ricky Turner (Kris Hitchen) dialoga com o proprietário de uma franquia de entregas sobre a sua contratação. ‘Contratação não’, corrige o empregador, você se torna ‘nosso colaborador’, antes de disparar muitos outros eufemismos do universo empreendedor. Estamos em plena uberização do trabalho –

DOCTRINA

e, por extensão, do próprio ser humano. A partir deste ponto, o diretor passa a explicar, de forma um tanto didática, que esta forma de emprego exige jornadas longuíssimas, não permite descanso, não fornece garantias em caso de doença ou problema familiar. Se o franqueado falta ao emprego durante um dia para resolver problemas com o filho na escola, por exemplo, ele não apenas deixa de receber dinheiro, mas ainda paga uma multa. Ricky torna-se escravo deste sistema. Para o diretor, o sistema está quebrado, mas o indivíduo ainda preserva seu potencial de solidariedade.” (CARMELO, 2018)

Testemunhamos, no filme, uma série de abusos travestidos de realização pessoal e modernização dos valores trabalhistas. Essas mudanças têm que ser problematizadas não só pela arte cinematográfica, mas também por cientistas sociais preocupados em compreender o vivido dos homens no tempo, mesmo no tempo presente. Assim, é relevante trabalhar com o tema da memória de pessoas comuns e dos trabalhadores. Trazer à superfície e divulgar a memória cultural, social e econômica dos sujeitos que, com o “suor do seu rosto”, experienciam a “maldição de Adão”, elevada à enésima potência hoje, e fazem a máquina do mundo não parar. Desvendar, preservar e garantir o acesso aos arquivos que nos contam os caminhos trilhados ao longo dos séculos é tarefa árdua, mas instigante. A memória torna-se instrumento de resistência e contestação de homens simples que lutam, a cada dia, em suas “astúcias” e “maneiras de fazer” cotidianas para manter sua temporalidade frente a um mundo de mídia “que espargue sementes de uma claustrofobia sem tempo e engendra fantasmas e simulações” (HUYSSSEN, 1997).

A *paideia* moderna enfrenta ainda um duplo desafio: a formação do cidadão e a realização do eu, do si mesmo, num mundo caracterizado pela pluralidade e ao mesmo tempo por novas cisões e distopias. Esse duplo desafio, pleno de paradoxos, deve reconhecer, apesar de todos os discursos, que a memória, a capacidade de se lembrar, individual ou coletivamente, continua tendo um papel fundamental para se alcançar a formação do cidadão. Encerro essa introdução com uma frase do historiador oralista Alessandro Portelli, pois ele resume bem a importância da memória não só para a história do trabalho, mas para toda a nossa história. Todos nós que pensamos o mundo do trabalho atualmente, no Brasil, nos preocupamos com a igualdade e a justiça social, e por isso devemos nos preocupar com a preservação da memória – no caso a que se refere à Justiça do Trabalho –, sobretudo no contexto atual causado pela Covid-19 e no pós-pandemia. Nas palavras de Alessandro Portelli (1997):

DOCTRINA

“Ora, recordo-me de uma época em que os raios solares não eram nocivos e as praias não eram sujas. Recuso-me a partir da premissa de que não podemos nadar no mar, nem deitar ao sol, de que devemos temer a beleza de lugares como o Rio de Janeiro. Para meus filhos, esse é um fato da vida: os raios solares são perigosos e o ar e a água, sujos. É meu dever resistir a isso em minha memória e contar-lhes aquilo de que me lembro, para que eles tenham condições de resistir.”

É nosso dever preservar a memória do trabalho. Afinal, a memória e a história do trabalho também estão mudando. É necessário refletir um pouco sobre como se escrevia a história do trabalho – que denominamos de “apontamentos clássicos” – e como passamos a escrevê-la com todos os velhos e novos materiais que as memórias do trabalho nos apresentam. A própria memória do trabalho no Brasil tem um novo manancial riquíssimo de fontes para a escrita da história do país. Ao iniciar este texto, me lembrei das primeiras descobertas que nós, historiadores, fazíamos nos idos de 1990-2000, nos arquivos da própria Justiça do Trabalho. Lembrei-me da dissertação de mestrado de Larissa Correa, hoje professora da PUC-Rio, intitulada: *Trabalhadores Têxteis e Metalúrgicos a Caminho da Justiça do Trabalho: Leis e Direito na Cidade de São Paulo, 1953 a 1964*, que foi defendida na Unicamp, em 2007, e publicada em livro em 2011. A autora discute as negociações e conflitos entre empregados e empregadores na Justiça do Trabalho, por meio da investigação de processos trabalhistas localizados no Arquivo Geral do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região da cidade de São Paulo, além dos documentos de associações de trabalhadores, jornais da grande imprensa, entrevistas com trabalhadores e advogados, e arquivo do Deops. Esse conjunto documental possibilitou conhecer a experiência dos trabalhadores têxteis e metalúrgicos em relação às leis e ao direito, observando como essas categorias utilizavam os sindicatos e a Justiça do Trabalho para defender seus interesses. No texto, Larissa Correa (2007) afirma que seu projeto era fruto de:

“um fenômeno recente observado nos tribunais judiciais de todo o país, que vêm reconhecendo o caráter histórico, bem como o potencial de pesquisa que essa documentação pode oferecer aos estudiosos em geral (...) Discutir a preservação dos autos tornou-se uma questão fundamental para o encaminhamento e produção de novas pesquisas na área. Afinal, trata-se de uma fonte ainda pouco estudada e que corre risco de ser extinta. Essa questão torna-se ainda mais complexa quando debatemos a respeito da guarda dos processos impetrados a partir da década de 1990, pois os processos anteriores a esse período, denominados ‘processos históricos’, bem ou mal estão assegurados. Os demais processos talvez não tenham

a mesma sorte de, um dia, tornarem-se ‘históricos’ (...) O universo dos processos trabalhistas permite ao historiador analisar diversas temáticas referentes ao mundo do trabalho, entre elas, os conflitos e negociações entre empregadores e trabalhadores intermediados pela JT, as relações de trabalho no chão de fábrica, os aspectos do processo de industrialização, as relações entre os trabalhadores, as leis e os seus direitos. Os autos permitem, ainda, conhecer o pensamento e a atuação dos magistrados, realizar análises comparativas entre os tribunais verificando o perfil dos juízes em determinadas regiões, entre outros desdobramentos temáticos. Vale afirmar que não nos interessa apenas a documentação considerada ‘inédita’, mas também os processos denominados ‘repetitivos’, ou seja, compostos por reclamações comuns impetrados por ‘anônimos’. Ou seja, pelos atores privilegiados em nossos estudos. Chama a atenção nesses processos os dados estatísticos, as instituições responsáveis pelos índices de condições de vida, a comparação de datas entre a instauração e homologação em relação ao movimento grevista, as diversas possibilidades de recursos, as justificativas dos votos dos juízes, os argumentos dos advogados impressos nos autos, bem como determinadas cláusulas exigidas ou anuladas entre um processo e outro. Além disso, nos autos encontram-se recortes de jornais, atas de assembleias sindicais e o registro dos depoimentos de testemunhas.”

Isso posto, trata-se de um manancial imenso para o trabalho do historiador, que avançou muito nas poucas décadas que separam o estudo da Profa. Larissa Correa da atualidade.

1 – História e memória do trabalho: apontamentos clássicos

Utilizando fontes, como arquivos da Justiça do Trabalho, os estudos históricos brasileiros dos anos 1990 em diante possuíam como referência, especialmente, pesquisas da história social do trabalho inglesa, cujo marco é, sem dúvida, a obra de E. P. Thompson, *A Formação da Classe Operária Inglesa*, por ter avançado neste campo. Afinal, antes dele, a historiografia tradicional do movimento operário, macro-orientada, privilegiava o estudo das *organizações formais da classe* – sindicatos, partidos –, instâncias de *dominação* – a burguesia e o Estado – e eixos de *resistência operária* – as greves –, e considerava a classe como um efeito da estrutura produtiva. O próprio Eric Hobsbawm, em outro clássico, *Mundos do Trabalho, Novos Estudos sobre a História Operária*, já chamava a atenção para a necessidade de novas abordagens que incorporassem outras dimensões do cotidiano e cultura do trabalho, para além de uma história da classe operária tradicional. Hobsbawm (1987) afirma:

DOCTRINA

“a história operária é por tradição um tema altamente politizado e durante muito tempo foi feita em grande parte fora das universidades. A maior parte dos historiadores da classe operária originou-se de dentro ou de áreas próximas dos movimentos operários (o próprio Thompson só se tornou professor universitário após a publicação de ‘A formação da classe operária inglesa’ (...)) A história operária ‘de dentro do movimento’ e, em grande medida, fora das universidades, tendeu a apresentar certas características: revelou a tendência de identificar ‘classes operárias’ com ‘movimento operário’, ou mesmo com organizações, ideologias ou partidos específicos. Como ocorreu em outros campos de estudo essencialmente ‘patrióticos’ (...) [Hobsbawm observa que não faz] estas observações com a intenção de diminuir o valor destes trabalhos, alguns dos quais de fato marcaram época, mas para realçar a diferença entre um e outro tipo de história operária (...) O caráter acadêmico cada vez mais acentuado da história operária corrigiu algumas das tendências da história tradicional, ao passo que a mudança da conjuntura política na esquerda corrigiu outras (...) Tais movimentos estão cada vez mais preocupados com as bases tanto quanto com os líderes, com os não sindicalizados tanto como os sindicalizados, (...) em resumo, mais com a classe do que com movimento ou com o partido. Isto é bom.”

Essa forma de pensar a história do trabalho que existia na época de Thompson e Hobsbawm foi posta à prova. Naquele período, os estudos ponderavam o trabalho somente em torno da classe operária. Por isso, embora consideremos que esses estudos pioneiros revolucionaram o campo, devemos estar atentos com as novas possibilidades de estudos no mundo e no Brasil, como observaremos no final deste texto. Contudo, para pensar a memória e a história do trabalho é preciso retomar algumas questões, sem repetir o que já foi dito. Irei abordar as minhas próprias pesquisas para o caso brasileiro e como fui guiada por essa história social inglesa. O primeiro contato que tive com a memória do trabalho aconteceu ainda nos tempos de formação, na graduação e mestrado da UFMG. Descobri a relação de Vargas com os trabalhadores e como escrever uma história social do trabalho a partir de entrevistas de história de vida com antigos operários da Mina de Morro Velho, Nova Lima, Minas Gerais. O senhor Waldir dos Santos e sua história de vida foram fundamentais para minha compreensão da luta por direitos e o trabalho conjunto dos trabalhadores ao Ministério do Trabalho, no sentido de fazer a empresa inglesa cumprir a legislação, embora o “ouro comprasse tudo”, como ele dizia. Em tempos de crimes ambientais como ocorridos em Mariana e Brumadinho e, mais recentemente, com a Covid-19 atingindo parcelas da

DOCTRINA

população que não puderam parar de trabalhar, lembrei muito a velha luta dos trabalhadores. Fosse pelo pagamento da taxa de insalubridade, pelas mortes dentro da mina quando os corpos saiam “no saco” (como se dizia) porque uma bomba de dinamite estourava ou por morrerem de silicose ou arsenicismo (pós que matavam) – apesar de os médicos da mina afirmarem que as mortes eram por pneumonia, etc., para que a companhia não tivesse que arcar com nada. Recentemente, escrevi um capítulo para um livro sobre *Pestes na História* e tracei uma comparação entre a malária e outras epidemias que levaram a vida de mais de 6.000 homens, trabalhadores nacionais e estrangeiros, na construção da ferrovia Madeira-Mamoré no início do século XX, relacionando com o que ocorreu em 2020 com a morte de milhares de trabalhadores pela Covid-19 no Brasil. Até pensando em termos de uso de medicamentos como a quinina naquela época e a cloroquina atualmente... Muitos empregados eram obrigados a ingerir doses cavalares de quinina diariamente, muitos morriam por parada cardíaca, ficavam cegos, mas caso não ingerissem a dose que Oswaldo Cruz havia recomendado aos médicos da empresa, a ferrovia cortava seus salários e realizavam vários tipos de punições. Ou eles morriam de malária ou morriam de efeito colateral do medicamento. E toda semana chegavam levadas imensas de trabalhadores, que vinham das mais distantes regiões do mundo para trabalhar no empreendimento. Também a *Ferrovia do Diabo* trouxe outras doenças que eram desconhecidas dos indígenas e uma etnia inteira chegou a ser dizimada pelas doenças trazidas pela chegada da ferrovia. Como abordamos as ferrovias, quero continuar conjecturando sobre a memória do trabalho, citando outra história que percorri ao pensar nos ferroviários.

Depois de pesquisar os mineiros, já em meados da década de 1990, deparei-me em frente a um prédio que faz parte do conjunto arquitetônico da Praça da Estação em Belo Horizonte. Fui dar um curso onde à época funcionava um sindicato de ferroviários e em frente ao prédio há uma escultura onde estava grafado *Associação de Socorro Mútuo dos Trabalhadores da Estrada de Ferro Oeste de Minas...* Depois da conferência para os ferroviários que estavam naquele momento perdendo seus empregos por conta da desestatização da ferrovia, resolvi estudar a ferrovia e os ferroviários de Minas para compreender as concepções de justiça e a luta por direitos empreendida por essa categoria durante a experiência democrática vivida nos tempos que foram do fim do Estado Novo até 1964. Nesse trabalho – que se tornou minha tese de doutorado, defendida na Universidade Federal Fluminense há quase 20 anos –, descobri como a imagem de Vargas, durante os governos Dutra e JK, ainda permanecia forte como grande responsável pela efetiva retirada das leis trabalhistas do papel, com a atuante ação do Ministério e da Justiça do Trabalho naqueles anos.

E, me utilizando mais uma vez da metodologia de história oral – e também de documentos escritos e iconográficos –, ouvi os ex-ferroviários contarem sobre sua história, as greves, sua identidade singular e, principalmente, quais eram suas concepções de Justiça.

Desde a Primeira República, passando pela Era Vargas e pelo período de experiência democrática até 1964, percebi a luta incansável desses trabalhadores por seus direitos trabalhistas. Tanto neste trabalho de pesquisa quanto no anterior e nos posteriores tive forte inspiração na historiografia clássica do Mundo do Trabalho, principalmente na obra de E.P. Thompson, Eric Hobsbawm, Michelle Perrot, Barrington Moore Jr. e outros clássicos para a construção da história do trabalho.

Da cidadania desejada (1889-1930), passando pela cidadania conquistada e em parte outorgada (1930-1964), chegando à cidadania silenciada (1964-1985) e reconquistada na redemocratização (1985-1988), cidadania ampliada pelos novos direitos, como empregadas domésticas (2000)... E, agora, pós-reforma trabalhista (2017), novas ameaças aos direitos e novas lutas no horizonte, já que novos desafios surgiram mesmo antes da pandemia e foram até mais explicitados durante a pandemia.

Escrevi um artigo em 2017 para uma revista argentina em que o editor havia me pedido para narrar sobre a conjuntura do governo Temer. Dediquei parte do texto a entender um pouco a reforma trabalhista e o que efetivamente impactaria na vida dos trabalhadores. De lá pra cá a conjuntura mudou, mas a flexibilização das leis trabalhistas já era uma realidade mundial em vários países que adotavam a cartilha proposta pelo neoliberalismo. Intitulei o artigo: *A Segunda Morte de Vargas*. Nele, faço um resumo desse longo caminho de construção e desconstrução da cidadania no Brasil e desse embate entre a proposta original de Getúlio Vargas e do pacto trabalhista com a proposta neoliberal retomada recentemente pelo Estado brasileiro. Segue o *link*, caso o presente leitor sintá-se instigado a conhecer o artigo aqui citado: <http://politicalatinoamericana.org/revista/index.php/RPL/article/view/90/59>.

2 – História e memória do trabalho hoje e desafios futuros: visibilidade e invisibilidade do trabalho e importância de novas metodologias da história social do trabalho na produção de conhecimento, armazenamento e história pública

Finalizando, resta ainda pensarmos sobre as perspectivas na pandemia e no pós-pandemia. Depois dos clássicos trabalhos da história social inglesa,

que foram fonte de inspiração para as pesquisas em história social do trabalho no Brasil, é preciso inovar ainda mais. Refletir essa história numa perspectiva global, transnacional, incorporando o debate étnico e racial, como os novos estudos do trabalho no pós-abolição têm feito. Van der Linden (2009) nos aponta para esse caminho:

“A História Global do Trabalho não nos permitirá somente enxergar os desenvolvimentos transcontinentais em sua conexão mútua. Ela também nos permitirá ver a história em nossas próprias regiões sob uma nova luz. O desafio será transcender a Velha e a Nova História do Trabalho em uma nova abordagem, o que coloca os *insights* já adquiridos em um novo e mais amplo contexto. Através disso, nossa habilidade para entender o mundo e explicá-lo só pode aumentar. Como E. P. Thompson observou em seu ‘A Miséria da Teoria’, cada evento histórico é único. Porém muitos eventos, largamente separados no tempo e no espaço, revelam regularidades de processo quando relacionados uns com os outros.”

Ou como assinalou Claudio Batalha (2006), ao dizer que: “avancamos muito na história do trabalho, porém para vencermos os novos desafios que temos pela frente, precisamos, de um lado, consolidar e ampliar nosso aparato analítico, de outro, não termos medo de engajar-nos em projetos coletivos”.

Novas memórias do trabalho para novas histórias do trabalho. É preciso ouvir as vozes dos trabalhadores, suas ideias e memórias anônimas, comuns, para compreendermos e colaborarmos na luta pelo direito à memória e à justiça social.

“Os novos paradigmas existentes no mundo do trabalho de hoje instauraram, como principal característica, o termo ‘trabalho invisível’, que passou a ser recorrente para caracterizar tipos de ocupação, em geral com baixa qualificação, com pouco ou nenhum vínculo empregatício, em sua grande maioria temporário e que se encontra fora dos sistemas de proteção social. Esse tipo de ocupação, muito presente na informalidade, gera uma invisibilidade social pois não existem vínculos nem com o Estado nem com as instituições civis. As formas de organização da produção capitalista trouxeram grandes transformações no mundo do trabalho (...) Assim, os lugares onde a mão de obra é mais barata são os preferidos das grandes empresas. Essa lógica de produção gera trabalhos altamente qualificados ligados à produção tecnológica, assim como ocupações semelhantes à era pré-taylorista. ‘Nesses casos, a renda é associada diretamente à produção, ou seja, o trabalhador ganha o equivalente ao que produz; os direitos trabalhistas praticamente deixam de existir’,

acrescenta. O caso de mexicanos que entram ilegalmente nos Estados Unidos para tentar uma vida melhor são os melhores exemplos dos tipos de trabalho invisível da era pré-taylorista. Como são ilegais e precisam fugir do departamento de imigração, esses trabalhadores aceitam qualquer tipo de trabalho por remunerações baixas, sem qualquer vínculo ou direito. Para a socióloga da USP, Vera da Silva Telles, as referências utilizadas para observar o mundo do trabalho precisam se alterar para acompanhar as transformações sociais. ‘Tradicionalmente se classifica o trabalho nas categorias formal e informal e isso não é mais suficiente para entender a realidade’, diz. Nesse sentido, as experiências de trabalho e não trabalho se confundem e essas pessoas fogem das classificações tradicionais. Telles cita o exemplo dos motoboys que estão no meio do caminho entre o trabalho formal e a informalidade, permeado por uma brutalidade imposta pela competitividade (muitos motoboys recebem de acordo com a quantidade de entregas que fazem). A socióloga lembra também dos perueiros, que oscilam entre a legalidade e ilegalidade, assim como os camelôs e outros trabalhadores. ‘Esse novo tipo de ocupação foge às representações políticas, sindicais e sociais. De certa forma, são invisíveis’, completa.’ (NUNES, 2007)

Conforme nos diz o historiador Paulo Fontes (2020), meu colega no Instituto da História da UFRJ:

“a situação gerada pela pandemia desnudou de forma brutal a precariedade e a exploração a que os entregadores são expostos. Um associativismo criado nos últimos anos pelos chamados motoboys articulou-se às redes informais de sociabilidades, muitas delas ancoradas em uma linguagem identificada com o hip-hop e a valorização da cultura negra, muito comuns entre os jovens periféricos em várias cidades do país e, no contexto da pandemia, gerou uma surpreendente onda de mobilização dos entregadores (...). Foi assim que, no dia 1º de julho, uma greve de grandes proporções, o chamado ‘breque dos apps’, paralisou grande parte dos entregadores em todo o país. Eles exigiam melhores remunerações e condições de trabalho. A dimensão e força do movimento surpreendeu a quase todos. Imagens de milhares de entregadores em suas características motos e bicicletas tomando as ruas de diversas cidades e protestando em um misto de raiva e festa foram estampadas nos *sites* de jornais e rapidamente disseminadas por WhatsApp e outros aplicativos, quase que anunciando o nascimento de um novo ator coletivo. As empresas de aplicativos de entregas, percebendo a simpatia que o movimento provocava em amplas parcelas da população

e o estrago à sua imagem, iniciaram imediata campanha de anúncios na televisão, mostrando-se como companhias ‘humanas’ e ‘solidárias’ a seus ‘colaboradores’, excelentes ‘empreendedores’. O discurso articulado e politizado das lideranças dos entregadores também chamou a atenção. Reconheciam a força do discurso do ‘empreendedorismo’ entre suas bases, mas afirmavam combatê-lo e reivindicavam para sua categoria o estatuto de trabalhadores, demandando sua inclusão na CLT, exigindo assim o conjunto de direitos trabalhistas ainda existentes. Ao mesmo tempo, articulam a formação de cooperativas que utilizem os mesmos instrumentos tecnológicos das grandes empresas, disputando assim o mercado de entregas. Foram essas as questões discutidas na entrevista que Paulo Galo, o emergente líder dos entregadores em São Paulo, concedeu a Paulo Fontes (que também é atual diretor da Universidade da Cidadania) e Dulce Pandolfi (membro da equipe da Universidade) para o podcast Rádio Cidadania da Universidade da Cidadania da UFRJ (<http://cidadania.forum.ufrj.br/>). Galo, fundador do Movimento Entregadores Antifascistas, de 31 anos, rapper e morador da periferia de São Paulo, rapidamente destacou-se como uma liderança articulada e engajada que desafiou o poder das empresas de *delivery*, o governo e os disseminados discursos de empreendedorismo.”

Por isso, encerro com um trecho da entrevista, que já se transforma numa rica fonte para a história e memória do trabalho no Brasil. Galo (2020) diz o seguinte:

“Se a uberização é um desdobramento da Revolução Industrial, o ‘Entregadores Antifascistas’ é um desdobramento dos operários. Nós somos um desdobramento da história dos operários. Somos os operários do nosso tempo. Fazemos conforme entendemos o nosso tempo, o nosso espaço, então pra gente a luta se conecta. Se conecta lá com a conquista da liberdade. A partir da conquista da liberdade. E aí, é outra sequência de conquistas né: salário, salário mínimo, direitos que não deveriam ser conquistados, né. Direito já é direito por si só. Deveria ser cedido a quem merece esses direitos, a quem tem esses direitos. Mas é uma coisa que a gente tem que conquistar. E não só conquistar... o Brasil é tão difícil que a gente não precisa nem só conquistar o direito. No nosso caso, a gente precisa reconquistar. Porque a gente já conquistou, perdeu, e agora a gente precisa reconquistar. É igual à democracia: queria que a luta dos Entregadores Antifascistas fosse pra melhorar a Carteira de Trabalho, e não para recuperá-la. Queria que a luta dos Entregadores Antifascistas fosse uma luta para ampliar a democracia, fazer a democracia chegar pra

todos. Não pra lutar pra não perder ela, porque ela tá quase morrendo, ali, agonizando na UTI.”

Obrigada!

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 2020, em isolamento e trabalho remoto.

3 – Referências bibliográficas

BATALHA, Claudio H. M. Os desafios atuais da história do trabalho. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, jan./dez. 2006, p. 87-104.

CARMELO, Bruno. Você não estava aqui: críticas AdoroCinema. *Site AdoroCinema*, 2018. Disponível em: <http://www.adorocinema.com/filmes/filme-264872/criticas-adorocinema/>.

CORREA, Larissa Rosa. *Trabalhadores têxteis e metalúrgicos a caminhos da Justiça do Trabalho: leis e direito na cidade de São Paulo, 1953 a 1964*. 2007. 261 p. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281968>.

FONTES, Paulo. Galo bom de briga. Entrevista com Paulo Galo. *Revista Esquerda Petista*, v. 11, p. 31-39, set. 2020. Disponível em: https://www.pagina13.org.br/wp-content/uploads/2020/09/Entrevista_PauloGalo_31a39.pdf.

HOBSBAWM, Eric J. *Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HUYSEN, Andreas. *Memórias do modernismo*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 7. ed. Campinas: São Paulo: Editora da Unicamp, 2013.

NUNES, Cauê. Invisibilidade social dos trabalhadores. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 59, n. 3, set. 2007, p. 8-9. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252007000300004&lng=en&nrm=iso.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, 14, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11233>.

VAN DER LINDEN, Marcel. História do trabalho: o velho, o novo e o global. *Revista Mundos do Trabalho*, publicação eletrônica semestral do GT “Mundos do Trabalho” – ANPUH, v. 1, n. 1, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2009v1n1p11>.

Recebido em: 15/01/2021

Aprovado em: 01/02/2021